

**AS FRONTEIRAS DA SEXUALIDADE NO NORMAL E NO PATOLÓGICO:
ANÁLISE DA VIVÊNCIA DAS SEXUALIDADES NA PERSPECTIVA DA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Francisco Francinete Leite Junior
Faculdade de Ciências Aplicadas Dr Leão Sampaio
E-mail: freud.g@bol.com.br
Francisco Arrais Nascimento
Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri
E-mail: junior.arraes@gmail.com

Introdução

Pensar no normal e no patológico se configura em uma empreitada que requer amadurecimento de discurso para compreensão mais aprofundada, entretanto trazer para o universo da sexualidade tal dicotomia se torna ainda mais complexo. Por compreendermos a sexualidade como fruto de um construto cultural fortemente alicerçada em normas, regras e condutas que são moralmente aceitas e impostas ao indivíduo que acabam por enclausurar os desejos, os anseios e impulso do sujeito.

A ideia de disciplinar o sujeito tornando-o um corpo dócil¹, disciplinado, necessita de instituições normativas que atuem sobre o sujeito de forma a condiciona-lo, sob a égide de uma vigilância hierárquica, controlando as atividades e punindo de forma generalizada todo aquele que desvie da norma.

Assim, a escola apresenta-se como uma das primeiras instituições que recebem o sujeito da família e o prepara para vida em sociedade. Tal preparação é norteadada para o cumprimento das regras impostas, independente das subjetividades inerentes ao sujeito. Onde o indivíduo para ser aceito socialmente como normal e apto a vida em sociedade deve submeter-se, livrando-se de uma serie de preconceitos, estigmas e rótulos que segregam sujeitos no ambiente escolar.

¹ Ver FOUCALT 2009, Vigiar e punir.

No que concerne às vivências da sexualidade² no ambiente escolar temos um paradigma a ser quebrado principalmente por compreendermos a complexidade da sociedade pós-moderna³, que evidencia nas funções da escola a função social de promoção da inclusão.

Devemos pensar em inclusão no contexto educacional não apenas no que se refere as crianças com deficiência ou nas questões étnico-raciais, mas sim promover a abertura do ambiente escolar para toda a forma de diversidade humana, incluindo as questões pertinentes ao gênero. Portanto se faz necessário a compreensão da sexualidade por meio da diversidade sexual⁴.

1 DISCUTINDO O NORMAL E O PATOLÓGICO E A SEXUALIDADE HUMANA

Conceitos de normalidade e de patológico, ao longo da historia receberam definições que tentaram taxonomizar a praticas e vivências dos sujeitos. O discurso medico-cientifico e o estatístico em que se estabeleceram as normas vigentes evidenciam o ajustamento do indivíduo na sociedade com influencia da cultura em que o sujeito esta imerso. Tais conceitos são vistos como uma relação binária que regem as vivências dos sujeitos, definindo e muitas vezes rotulando indivíduos.

Dalgalarondo (2008) nos apresenta critérios que podem ser de ordem quantitativa ou qualitativa⁵. Ressalta, ainda, que nenhum destes critérios consegue compreender a totalidade do sofrimento psíquico. Porém para a Psicanálise, a anormalidade só pode ser diagnosticada ou conceituada levando-se em consideração diferentes critérios de referência, baseados nos contextos culturais, históricos, etários e sociais do sujeito que sofre. Freud (1999[1905]), em vários momentos da sua obra, comenta a respeito de um contínuo entre a normalidade da vida psíquica e suas alterações, sem nenhuma linha divisória absoluta, ou seja, podemos transitar

² Compreendemos sexualidade como sendo todo o conjunto que englobam o desejo, a pratica sexual e os próprios afetos desenvolvidos no âmbito escolar.

³ Nomenclatura utilizada para designar a sociedade que emerge no contexto pós-industrial substituindo valores de consumo por qualidade de vida e valorização do sujeito.

⁴ Ver cadernos da diversidade, “A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola”. TORRES, Marco Antônio. 2010.

⁵ Os critérios quantitativos tem um caráter estatístico, quantificando os dados a partir da média e da frequência; enquanto que os critérios qualitativos apresentam um caráter subjetivo, considerando a liberdade de expressão e o critério da funcionalidade como ligados a normalidade, onde o que é disfuncional produz sofrimento.

por estes dois polos a qualquer momento de nossas vidas, sem necessariamente estarmos enquadrados numa definição fixa e permanente de “normal” ou “patológico”.

No entanto, Canguilhem (2002), nos possibilita compreendermos o normal a partir do conceito de norma, que numa análise semântica demonstra sua ambiguidade referindo tanto a “fato” como a “valor”. Dessa forma, o emprego do termo “normal” enquanto fato está relacionado aos critérios quantitativos descritos por Dalgarrondo (2008), enquanto que o uso de “normal” enquanto valor faz parte da definição qualitativa do mesmo autor. Ressalta, ainda, que em se tratando do ser humano, média ou frequência apenas não serão suficientes para compreendermos a dimensão da normalidade ou patologia na vida psíquica, sendo necessário adentrar na dimensão subjetiva do homem.

Nesta perspectiva, o conceito de “normal” surge como sendo uma norma de caráter flexível, que busca um estado de adaptabilidade do sujeito ao meio em que está inserido, chamado de “norma superior”. Com isso, normal está ligado à fluidez em lidar de diferentes formas diante de situações inusitadas, no intuito de se manter em equilíbrio com o que a vida exige do sujeito. Já o patológico é compreendido como “norma inferior”, que leva o indivíduo a funcionar de modo cristalizado, estagnado frente às adversidades do meio, não permitindo movimento e a possibilidade de novas normas superiores.

Trazendo tal discussão para o universo da sexualidade humana, percebemos que, apesar do aprofundamento teórico e a amplitude das discussões ainda tem-se uma carga moral fortemente arraigada nos preceitos que regem a vida dos sujeitos. Talvez por ainda ser forte a ideia de um modelo de sexualidade padrão, que contem elementos de julgamento, baseados em moldes retrógrados, patriarcais, machistas e heteronormativos. Para tanto, compreende-se a necessidade de um olhar para as rupturas que emergem e se manifestam nas vivências desses sujeitos, fazendo-nos repensar a sexualidade na contemporaneidade, incluindo o universo escolar.

2 A ESCOLA ENQUANTO ESPAÇO DE VIVÊNCIA DA SEXUALIDADE

A escola, por ser a instituição especializada na educação das novas gerações, tem sua finalidade específica e consiste em colocar à disposição dos educandos, mediante atividades sistemáticas e programadas, o patrimônio cultural da humanidade. Pressupomos que esse patrimônio, no que consiste de mais importante, esteja concentrado nas matérias escolares, entretanto nem sempre isso acontece, visto que o currículo escolar geralmente, não inclui as

experiências humanas mais significativas, mas apenas parcelas dessas experiências, aquelas que mais interessam aos grupos dominantes.

Foucault (2009) nos faz pensar a Escola como aparelho de exame ininterrupto através da comparação de “um com todos”, a fim de medir e sancionar. Ao mesmo tempo em que o “mestre” transmite seu saber ele levanta um campo de conhecimentos a respeito dos alunos. A escola, portanto, é percebida enquanto o local de elaboração da pedagogia que passa a ser ciência. Os sujeitos assim, passam por uma vigilância contínua, e uma visibilidade obrigatória.

Ao entrar no campo da disciplina Foucault (2009) traz a ideia de docilidade. Os métodos que permitem o controle do corpo, que o sujeitam constantemente é chamado “disciplina”. Processos disciplinares existiam, mesmo antes dos séculos XVII e XVIII, nos exércitos, nos conventos e nas oficinas, mas após isso, tornaram-se formulas de dominação. Não podem ser chamadas de escravidão nem de domesticidade, nem de vassalidade, nem de ascetismo do tipo monástico, mas uma arte no corpo humano. O que essa arte visa é a formação de uma relação que torna o corpo mais obediente e mais útil na mesma proporção. Faz do corpo uma aptidão, uma capacidade que a disciplina procura aumentar.

O dispositivo panóptico, descrito por Foucault, constitui uma “máquina”, idealizada por Bentham no século XVIII, cuja arquitetura é formada por uma torre central e uma construção circular periférica. Nesta se encontram indivíduos a serem vigiados – prisioneiros, loucos, escolares, trabalhadores, isolados em células, formando uma coleção de individualidades separadas – enquanto naquela se encontram os vigias. As salas da construção periférica são determinadas por janelas externas (por onde entra a luz) e por janelas internas (frente a torre central). É justamente essa a eficiência do dispositivo panóptico: “ver sem ser visto”; da torre é possível ver tudo o que acontece no prédio externo, ao passo que este nem sabe se é, ou não, vigiado. “A visibilidade é uma armadilha”. Tal óptica foi empregada em larga escala durante longo período de tempo como forma mais eficiente de desenvolver corpos dóceis e produtivos e assim aptos a viver em sociedade.

As pedagogias da modernidade foram reorganizadas através do implemento do poder disciplinar. O poder disciplinar estendeu-se a todo o corpo social, mas foi nas instituições educativas que seus efeitos se fizeram sentir mais intensamente. Através de técnicas de domesticação, normalização e individualização, os corpos tornaram-se dóceis e úteis,

servindo para construir uma nova forma de subjetividade , o indivíduo , e uma outra organização do campo do saber⁶.

Entretanto, a discussão sobre essa produção cultural e discursiva⁷ de identidades masculinas e femininas ainda não é tratada de forma significativa no cotidiano escolar, perpassando por diferentes representações de gênero e por variadas formas de preconceito, fato que motiva nossa pesquisa.

3 A SEXUALIDADE ENQUANTO DIVERSIDADE ADENTRA AO UNIVERSO ESCOLAR EM BUSCA DA INCLUSÃO

A ideia de orientação sexual é caracterizada pela passagem de informações sobre temas ligados a sexualidade , que favorece discussões , reflexões , questionamentos sobre posturas , tabus, regras, valores , relacionamentos interpessoais e comportamentos sexuais⁸. Essa definição se diferencia da conceituação de educação sexual que corresponde ao processo de aprendizagem sobre sexualidade de maneira formal e ao longo do ciclo vital, sendo relacionada pelas práticas culturais.

O acesso ao conhecimento e a ampliação da informação sobre temas relacionados a sexualidade e a saúde reprodutiva, oferece benefícios para o aluno e para a comunidade em que está inserido. O sujeito em ambiente escolar é transformado em agente multiplicador da informação, levando e ampliando o conhecimento para suas vivencias fora do contexto escolar.

A orientação sexual torna-se importante na escola dado as demandas sociais que transcendiam as ruas e adentravam o ambiente escolar que na época silenciava quanto ao tema. A partir da década de 80, devido emergência desencadeada pela epidemia da Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida - AIDS e principalmente pela ideia de formação de grupos de risco que estimulavam o aumento da ocorrência de doenças sexualmente transmissíveis - DST/AIDS e de gravidez na adolescência.

Nesse sentido vale a pena ressaltar que de acordo com Bulgarelli (2004):

⁶ Ver Foucault, 1987. Historia da sexualidade Vol. I. A vontade de saber.

⁷ Ver Foucault, 1996. A ordem do discurso.

⁸ Ver parâmetros curriculares nacionais (PCN) vol. 10 – Pluralidade cultural e orientação sexual, 1997.

A diversidade como valor fortalece e se fortalece com o movimento de responsabilidade social corporativa porque, além de tudo, está identificada com os interesses legítimos da sociedade e contribui para a superação de desigualdades intoleráveis geradas pela discriminação arbitrária, sem justificativa, injustas, portanto (BULGARELLI p. 7.2004).

Nesse sentido, podemos vislumbrar a possibilidade de pensar uma educação inclusiva que possibilite o acesso de todos a aprendizagem em escolas regulares. Portanto, quando percebemos a possibilidade de conviver com as diferenças e, assim, com a diversidade vale salientar o que pensa SANTOS apud BULGARELLI, 2004 “Temos o direito de ser igual quando a diferença nos inferioriza, temos o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”.

Também contribui nesta perspectiva:

Nós somos todos diferentes e a maneira como se reproduzem os seres vivos é programada para que o sejamos, é por isso que homem teve a necessidade , um dia , de fabricar o conceito de igualdade. Se nós fossemos todos idênticos como uma população de bactérias, a ideia de igualdade seria perfeitamente inútil (FREIRE, p.98.1992)

É nesse prisma político e ético, que nosso olhar paira frente à possibilidade de que através da prática social da inclusão na escola, e não apenas da frequência ou integração parcial neste ambiente. Nas últimas décadas do século XX e em pleno século XXI, vemos governos, organismos internacionais, instituições e estudiosos discutindo novos paradigmas de inclusão escolar. Pensar no outro, no diferente, na diversidade, é pensar na possibilidade de reduzir e eliminar as barreiras do preconceito, da discriminação e da desigualdade.

Neste contexto, Dussel (2001) apud Oliveira (2006) afirma:

Aceitar o argumento do outro supõe-se o aceitar o outro como igual, e esta aceitação do outro como igual é uma posição ética, é o reconhecimento ético ao outro como igual, quer dizer, aceitar o argumento não é somente uma questão de verdade, é, também uma aceitação da pessoa do outro (p.70).

A inclusão escolar não pode, portanto, estar pautada no princípio da normatização, em que as diferenças apresentam-se enquanto obstáculos aos processos educativos. Nesse sentido, ressalta-se que o papel primordial do educador é promover juntamente com os alunos o rompimento de barreiras e a quebra de paradigmas, favorecendo a ressignificação da ideia de educar. Exercendo uma prática inclusiva que toma por foco as práticas sociais educativas, nas quais a inclusão social se constitui enquanto direito de todos.

Pensar no outro, no diferente, na diversidade é pensar na possibilidade de conviver junto mesmo que no grupo possa haver a diferença. Nesse sentido vale a pena ressaltar que:

A diversidade como valor fortalece e se fortalece com o movimento de responsabilidade social corporativa porque, além de tudo, está identificada com os interesses legítimos da sociedade e contribui para a superação de desigualdades intoleráveis geradas pela discriminação arbitrária, sem justificativa, injustas, portanto. (BULGARELLI, 2004,p.9)

Assim compreende-se que a inclusão, se legitima a partir da necessidade de que todos/as, sem distinção devem fazer parte de todos os contextos, inclusive no ambiente escolar não importando portanto qualquer que seja a sua etnia, cultura, orientação sexual e deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva se configura como um desafio para as políticas que regem a educação, visto que apesar das iniciativas e elaboração da legislação além de estudos científicos se pode perceber uma não efetivação, evidenciando um distanciamento do que é pensado enquanto ideal na perspectiva da inclusão. A instituição escola como espaço de vivências das práticas escolares ainda preserva um ambiente regido pelos princípios disseminados pela teoria do panóptico, onde a função da mesma não seria incluir, mas sim um local de normatização e punição. Assim se faz necessário uma desconstrução dos paradigmas vigentes com objetivo de disseminar uma óptica voltada para a inclusão por meio da percepção e compreensão da diversidade humana.

REFERENCIAS

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual** ; Brasília : MEC/SEF, 1997

BULGARELLI, Reinaldo S. **A diversidade e a experiência de fazer juntos**. Educador e diretor executivo da AMCE Negócios Sustentáveis. 2004.

CANGUILHEIM, G. **O normal e o patológico**. Ed. Forence Universitária. Rio de Janeiro, Tradução, Maria de Threza Redig de C. Barrocas e Luiz Octavio F. B. Leite. 5 edição. 2002.

DALGALARRONDO, Paulo, **Psicopatologia e Semiologia dos transtornos mentais**, 2ª ed, Porto Alegre : Artmed, 2008

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópoles. Editora Vozes. 2009.

_____. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. 6ª ed. Rio de Janeiro, Graa, 1986.

_____. **A ordem do Discurso**, 3ª de. São Paulo. Loyola, 1996.

_____. **História da Sexualidade: I-vontade de saber**. 1ª ed. Rio de Janeiro. Graal 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, ed. Paz e Terra, 1992.

FREUD, S. **Os três ensaios sobre sexualidade. Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**: Edição Standard Brasileira. V. VII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **A questão ética frente às diferenças: a problemática da ética da diferença e da exclusão social: um olhar dusseliano**. In: Inclusão compartilhando saberes, Petrópolis – Rio de Janeiro, ed. Vozes, 2006.